

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Safra Leasing) relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. **1. CONJUNTURA ECONÔMICA** - A economia brasileira permaneceu enfraquecida em 2016 e deverá encerrar o período com retração do PIB na ordem de 3,6%, segundo projeções do Banco Safra. O mercado de trabalho seguiu em trajetória de deterioração, com a taxa de desemprego alcançando 12,3% em novembro (na série desazonalizada). A inflação desacelerou de maneira significativa em 2016, embora ainda elevada, terminando o ano em 6,3%, dentro da banda do regime de metas de inflação, após ter encerrado 2015 em 10,7%. Esse movimento se deveu tanto à decompressão dos preços administrados, depois do forte ajuste sofrido no ano passado, quanto à desaceleração da atividade econômica e apreciação da taxa de câmbio ao longo do ano, que

contribuíram para a desinflação de serviços e bens industrializados. A inflação de alimentos, embora ainda pressionada, também ficou abaixo do observado em 2015. Neste cenário, o Banco Central (BC) iniciou um ciclo de corte de juros, levando a taxa básica Selic de 14,25% em outubro a 13,75% ao final de 2016. **2. ATIVOS, PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - Os ativos da Safra Leasing totalizaram R\$ 20,7 bilhões em 31 de dezembro de 2016, representados basicamente por aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e operações de arrendamento mercantil. A carteira de arrendamento mercantil a valor presente atingiu R\$ 1,1 bilhão ao final de dezembro de 2016. O funding das operações era composto por debêntures simples, não conversíveis, no montante de R\$ 18,9 bilhões em 31 de dezembro de 2016, com vencimento até 2037, além de recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 18,8 milhões. O Patrimônio Líquido da Safra Leasing atingiu R\$ 604 milhões em 31 de dezembro de 2016.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Notas	31.12.2016		31.12.2015	
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>(em milhares de reais)</b>					
<b>CIRCULANTE</b>		<b>18.532.990</b>	<b>17.214.774</b>		
Disponibilidades	3(b) e 4	3.553	3.840		
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em depósitos interfinanceiros	3(c) e 5	12.876.990	13.586.552		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		5.672.766	3.587.812		
Carteira própria	3(d) e 6	5.670.572	3.584.746		
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	2.194	3.066		
Operações de arrendamento mercantil	3(f) e 7	(21.204)	7.928		
Operações de arrendamento a receber		345.577	390.377		
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(334.874)	(365.786)		
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(31.907)	(16.663)		
Outros créditos - Diversos	8	646	27.724		
Outros valores e bens - Despesas antecipadas		239	918		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.204.373</b>	<b>3.373.355</b>		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		131.699	713.766		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		89.385	658.152		
Carteira própria	3(d) e 6	88.839	648.965		
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	546	9.187		
Operações de arrendamento mercantil	3(f) e 7	(23.047)	9.428		
Operações de arrendamento a receber		375.603	464.213		
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(363.970)	(434.971)		
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(34.680)	(19.814)		
Outros créditos - Diversos	8	65.361	44.676		
Outros valores e bens - Bens não de uso	3(f)	-	1.510		
INVESTIMENTOS - Participações em coligadas no país	3(g)	5	4		
IMOBILIZADO DE USO - Outras imobilizações de uso	3(h)	39	52		
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	3(f-I) e 7	2.072.630	2.659.533		
Bens arrendados		2.738.651	3.023.985		
(Depreciações acumuladas)		(666.021)	(364.452)		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>20.737.363</b>	<b>20.588.129</b>		

PASSIVO	Notas	31.12.2016		31.12.2015	
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>(em milhares de reais)</b>					
<b>CIRCULANTE</b>		<b>508.494</b>	<b>600.652</b>		
Obrigações por repasses no país - FINAME	3(k) e 9	6.008	9.636		
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	87	103		
Outras obrigações		502.399	590.913		
Sociais e estatutárias		65	78		
Fiscais e previdenciárias	3(l) e 11(d)	20.703	10.350		
Credores por antecipação de valor residual - VRG	3(f-III) e 7(a)	474.520	569.460		
Diversas		7.111	11.025		
<b>NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>19.624.379</b>	<b>19.448.193</b>		
Recursos de aceites e emissão de títulos - Obrigações por emissão de debêntures	3(k) e 9	18.878.973	18.548.640		
Obrigações por repasses no país - FINAME	3(k) e 9	12.758	9.871		
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	2.038	614		
Outras obrigações		730.610	889.068		
Fiscais e previdenciárias	3(l) e 11(d)	200.073	199.341		
Credores por antecipação de valor residual - VRG	3(f-III) e 7(a)	515.749	677.168		
Diversas	10(c-l)	14.788	12.559		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12	<b>604.490</b>	<b>539.284</b>		
Capital social		384.205	384.205		
Reservas de lucros		220.285	155.079		
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>20.737.363</b>	<b>20.588.129</b>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 12

ATIVO	Capital realizado	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>(em milhares de reais)</b>				
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2015</b>	<b>384.205</b>	<b>569.886</b>	-	<b>954.091</b>
Lucro líquido no período	-	-	78.113	78.113
Destinações:				
Reserva especial	-	78.035	(78.035)	-
Dividendos	-	(492.842)	(78)	(492.920)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>384.205</b>	<b>155.079</b>	-	<b>539.284</b>
Lucro líquido no período	-	-	65.271	65.271
Destinações:				
Reserva especial	-	65.206	(65.206)	-
Dividendos	-	-	(65)	(65)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>384.205</b>	<b>220.285</b>	-	<b>604.490</b>
<b>SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2016</b>	<b>384.205</b>	<b>184.858</b>	-	<b>569.063</b>
Lucro líquido no período	-	-	35.492	35.492
Destinações:				
Reserva especial	-	35.427	(35.427)	-
Dividendos	-	-	(65)	(65)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>384.205</b>	<b>220.285</b>	-	<b>604.490</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

**1 - CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia") é uma sociedade anônima aberta, que tem como objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil. A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como companhia aberta para negociação de títulos valores mobiliários de sua emissão no mercado de balcão organizado (Categoria B nos termos da Instrução CVM nº 480/2009).

**2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**a) Apresentação das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, aprovadas pelo Conselho de Administração em 26.01.2017, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que forem aplicáveis. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.  
**b) Moeda funcional da Companhia** - As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

**3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a) Apreciação do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. **b) Fluxos de Caixa** - I - Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em cotas de fundo de investimento exclusivo - operações compromissadas com lastro em títulos públicos e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II - Demonstração dos fluxos de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que: • Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento. Inclui as captações efetuadas para financiar operações de intermediação financeira e outras atividades operacionais típicas de instituições financeiras; • Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa, tais como as aplicações em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento; e • Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. As operações de arrendamento mercantil são consideradas pelo método do valor presente financeiro. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - Demonstradas pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata temporis". **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: • Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e • Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Safra, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia para administrar a exposição global de risco são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **e) Mensuração do valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A mensuração de valor de mercado está de acordo com a Resolução CMN nº 4.277/2013, quanto aos requisitos mínimos a serem observados no processo de apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado. **f) Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria MF nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir: I - Arrendamentos a Receber e Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Arrendamentos a receber refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. II - Imobilizado de Arrendamento - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: (i) veículos e afins - 20% a 28,5%; (ii) máquinas e equipamentos e outros bens - 10% a 20%; e (iii) aeronaves - 10% a 20%, sendo que 10% para aviões à jato de carreira, 14,3% avião à jato executivo e 20% avião convencional, bimotor, monomotor e multimotor. III - Valor residual garantido - VRG - O VRG é registrado pelo valor contratual, em

contrapartida a conta retificadora de valor residual a balancear. As parcelas de VRG recebidas antecipadamente são registradas na rubrica Outras obrigações - Credores por antecipação de valor residual - VRG. IV - Perdas em Arrendamentos - Os prejuízos ocorridos na venda de bens arrendados, quando efetuados aos próprios arrendatários, são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens, deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento. V - Superveniência (insuficiência) de depreciação - Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/1989, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de arrendamento mercantil às práticas contábeis adotadas no Brasil. VI - Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa - Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco. As operações classificadas como nível "H" são baixadas do Ativo após decorridos seis meses da sua classificação neste nível, passando a ser controladas em contas de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos de cobrança. Os bens recebidos em conexão a processos de consolidação de dívida, referente a operações de arrendamento baixadas do ativo, são classificados como Bens Não de Uso e integralmente provisionados, por conta da alta probabilidade de perdas prováveis quanto a sua realização, como a existência dos diversos fatores que impossibilitam a alienação do bem, tais como restrições judiciais, falta de regularização legal, baixa probabilidade de venda para geração de liquidez a curto prazo pelo seu valor de mercado, entre outros. O valor da provisão integral desses Bens Não de Uso é apresentado na despesa de baixa a prejuízo da operação de arrendamento atrelada. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para fazer face aos riscos de crédito é constituída mensalmente em conformidade com os níveis mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e fundamenta-se também na análise quanto ao risco de realização dos créditos, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras. Além disso, a Safra Leasing considera não somente os níveis mínimos de provisionamento acima, constituindo também uma provisão para risco de crédito adicional, calculada através de uma detalhada análise quanto ao risco de realização dos créditos, suportada por metodologia interna de classificação de risco periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração. **g) Investimentos em coligadas** - Os investimentos em empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **h) Imobilizado de uso** - Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. São demonstrados ao valor de custo, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustados por redução ao valor recuperável ("impairment"). Tais depreciações são calculadas pelo método linear, sendo que as taxas anuais aplicadas, em função da vida útil econômica dos bens, são as seguintes: imóveis de uso - 4%; sistemas de comunicação e segurança, instalações, móveis e utensílios - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%. **i) Outros valores e bens** - São compostos por despesas antecipadas, que correspondem às aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços decorrentes ocorrerão em períodos futuros. **j) Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros** - A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2016 e 2015. **k) Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata temporis". Os custos de transação incorridos, referem-se basicamente a valores pagos a terceiros pelo serviço de intermediação, colocação e distribuição de títulos de emissão própria. São contabilizados como redutores dos títulos e são apropriadas, "pro rata temporis", para a adequada conta de despesa. **l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma: I - Ativos Contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II - Provisões e passivos Contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas

**3. AUDITORIA INDEPENDENTE - INSTRUÇÃO CVM 381** - A política de atuação da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. No período de janeiro a dezembro de 2016, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

Aprovado pelo Conselho de Administração.  
Poá, 26 de Janeiro de 2017.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	Notas	2º Semestre	
		2016	2015
<b>(em milhares de reais)</b>			
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.540.583</b>	<b>3.117.034</b>
Operações de arrendamento mercantil		331.183	806.301
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.205.621	2.313.335
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		2.619	(6.242)
Outras receitas financeiras		1.160	3.640
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(1.435.113)</b>	<b>(2.909.996)</b>
Operações de captação no mercado		(1.206.834)	(2.322.587)
Operações de empréstimos e repasses		(176)	(434)
Operações de arrendamento mercantil		(225.995)	(582.766)
Outras despesas financeiras	10(c-l e II)	(2.108)	(4.209)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDADAÇÃO DUVIDOSA</b>		<b>105.470</b>	<b>207.038</b>
<b>RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDADAÇÃO DUVIDOSA</b>		<b>(10.314)</b>	<b>(41.617)</b>
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7(c)	(15.688)	(58.919)
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	7(d)	5.374	14.302
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(21.875)</b>	<b>(42.151)</b>
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		152	1.671
Despesas de pessoal		(2.277)	(5.330)
Despesas administrativas		(5.770)	(11.578)
Despesas tributárias		(8.856)	(17.294)
Outras receitas operacionais	10(a) e (c-l e II)	-	-
Outras despesas operacionais	10(c-l e II)	(5.174)	(9.620)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>73.281</b>	<b>120.270</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3(m) e 11(a-l)	(37.789)	(54.999)
<b>LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO ABRANGENTE</b>	12(d)	<b>35.492</b>	<b>65.271</b>
<b>Lucro por ação - R\$</b>		<b>0,25</b>	<b>0,45</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	Notas	2016		2015	
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>(em milhares de reais)</b>					
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>			<b>(30.052)</b>	<b>(164.804)</b>	
Lucro líquido dos períodos					

# Safra Leasing SA - Arrendamento Mercantil

Avenida Brasil, 78 - Poá - SP

CNPJ nº 62.063.177/0001-94

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(em milhares de reais)

### 6 - CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Composição da carteira

	31.12.2016							31.12.2015								
	Custo Contábil	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de Mercado						
Títulos para negociação - Cotas de fundos de investimento <sup>(2)</sup>	5.624.966	-	5.624.966	5.624.966	-	-	-	-	-	3.459.485						
Títulos disponíveis para venda - Títulos privados	134.445	-	134.445	-	45.606	-	88.839	-	-	774.226						
Debêntures	88.839	-	88.839	-	-	-	88.839	-	-	648.965						
Notas promissórias	45.606	-	45.606	-	45.606	-	-	-	-	125.261						
Instrumentos financeiros derivativos - Swap valor a receber <sup>(1)</sup>	3.262	(522)	2.740	1.215	979	389	55	102	-	12.253						
<b>Total do Ativo em 31.12.2016</b>	<b>5.762.673</b>	<b>(522)</b>	<b>5.240.151</b>	<b>5.626.181</b>	<b>46.585</b>	<b>389</b>	<b>88.894</b>	<b>102</b>	<b>-</b>	<b>4.245.964</b>						
<b>Total do Ativo em 31.12.2015</b>	<b>4.236.444</b>	<b>9.520</b>	<b>4.245.964</b>	<b>3.571.374</b>	<b>16.438</b>	<b>103.835</b>	<b>102.272</b>	<b>360.149</b>	<b>91.896</b>							
Títulos para negociação - Cotas de fundos de investimento <sup>(2)</sup>	3.459.485	-	3.459.485	3.459.485	-	-	-	-	-	-						
Títulos disponíveis para venda - Títulos privados	774.226	-	774.226	111.331	13.930	100.301	100.719	356.049	91.896	-						
Instrumentos financeiros derivativos - Swap valor a receber <sup>(1)</sup>	2.733	9.520	12.253	558	2.508	3.534	1.553	4.100	-	-						

	31.12.2016							31.12.2015								
	Custo Contábil	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de Mercado						
Instrumentos financeiros derivativos - Swap valor a pagar <sup>(1)</sup>	(2.174)	49	(2.125)	-	(87)	(136)	(1.784)	(118)	-	(717)						
<b>Total do Passivo em 31.12.2016</b>	<b>(2.174)</b>	<b>49</b>	<b>(2.125)</b>	<b>-</b>	<b>(87)</b>	<b>(136)</b>	<b>(1.784)</b>	<b>(118)</b>	<b>-</b>	<b>(717)</b>						
<b>Total do Passivo em 31.12.2015</b>	<b>(2.635)</b>	<b>1.918</b>	<b>(717)</b>	<b>-</b>	<b>(103)</b>	<b>(93)</b>	<b>(127)</b>	<b>(394)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>						

<sup>(1)</sup> Refere-se a operações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador). <sup>(2)</sup> Refere-se a cotas de fundo de investimento exclusivo administrado pelas empresas do Grupo Safra - Nota 13(c), cuja carteira proporcional está assim distribuída:

Títulos para negociação	31.12.2016	31.12.2015
Letras do Tesouro Nacional	1.350.854	204.791
Letras Financeiras do Tesouro	2.799.248	689.343
Certificado de depósito bancário	1.028.235	-
Debêntures	240.809	311.224
Operações Compromissadas - Títulos Públicos - Nota 4	204.125	2.251.414
Outros	1.695	2.713
<b>Total</b>	<b>5.624.966</b>	<b>3.459.485</b>

**b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por Valor Referencial** - Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pela Safra Leasing na administração diária dos riscos assumidos em suas operações. Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, abaixo definidos: • Risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de perda devido ao não recebimento de operações contratadas junto a clientes ou contrapartes. • Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. • Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. As posições da Safra Leasing são monitoradas por área de controle independente, que utiliza sistema específico para administração de risco, com cálculo do VaR (valor em risco) com intervalo de confiança de 99%, testes de estresse, back testing e demais recursos técnicos. O Grupo possui um Comitê de Risco de Mercado, composto por executivos do alto escalão, que se reúne semanalmente, com foco principal na discussão de conjuntura econômica, e um Comitê de Riscos e Tesouraria, com participação de membros do Comitê Executivo, que se reúne trimestralmente para discutir de forma detalhada aspectos da gestão de Risco de Mercado, bem como revisar limites de risco, estratégias e resultados.

	31.12.2016						31.12.2015								
	Locais de Negociação	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total Referencial	Locais de Negociação	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total Referencial	
Swap - Taxa de juros	CETIP	28.732	33.373	18.911	72.544	11.359	164.919	302.106							

**c) Análise de sensibilidade** - De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução CMN nº 3.464/2007 e na Circular BACEN nº 3.354/2007 os instrumentos financeiros são segregados em Carteira de Negociação (Trading) e Carteira Estrutural (Banking). A Carteira Banking abriga as operações que não se enquadram no conceito de Carteira Trading e são, tipicamente, operações estruturais das linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges, que podem ou não ser realizados com instrumentos financeiros derivativos. Portanto, os derivativos desta carteira não são utilizados para fins especulativos. Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/2008, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as operações classificadas da carteira "Banking", excluindo-se certos instrumentos financeiros ativos e passivos que não possuem instrumentos financeiros derivativos atrelados a estes: • Debêntures emitidas pela Companhia por serem captações

#### b) Distribuição da carteira de crédito por nível de risco e provisão:

	31.12.2016										31.12.2015									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Finame Arrendamento	7.758	887	111	59	-	-	-	-	1.324	10.139	19.341									
Arrendamento Mercantil	771.558	209.778	29.170	13.509	10.780	2.273	15.765	2.307	39.418	1.094.558	1.447.397									
<b>Total da carteira em 31.12.2016</b>	<b>779.316</b>	<b>210.665</b>	<b>29.281</b>	<b>13.568</b>	<b>10.780</b>	<b>2.273</b>	<b>15.765</b>	<b>2.307</b>	<b>40.742</b>	<b>1.104.997</b>	<b>1.466.738</b>									
<b>Provisão em 31.12.2016</b>	<b>(3.819)</b>	<b>(2.086)</b>	<b>(876)</b>	<b>(1.356)</b>	<b>(3.233)</b>	<b>(1.136)</b>	<b>(11.033)</b>	<b>(2.306)</b>	<b>(40.742)</b>	<b>(66.587)</b>	<b>(36.477)</b>									
<b>Total da carteira em 31.12.2015</b>	<b>1.016.108</b>	<b>331.919</b>	<b>50.333</b>	<b>34.623</b>	<b>9.796</b>	<b>5.039</b>	<b>3.764</b>	<b>1.674</b>	<b>13.482</b>	<b>1.466.738</b>										
<b>Provisão em 31.12.2015</b>	<b>(4.979)</b>	<b>(3.286)</b>	<b>(1.504)</b>	<b>(3.462)</b>	<b>(2.938)</b>	<b>(2.519)</b>	<b>(2.634)</b>	<b>(1.673)</b>	<b>(13.482)</b>	<b>(36.477)</b>										

#### c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo no início do período	(36.477)	(15.881)
Constituição de provisão	(58.919)	(31.775)
Mínima Requerida (Resolução CMN nº 2.682/1999)	(59.567)	(21.611)
Adicional	648	(10.164)
Baixas a prejuízo	28.809	10.979
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(65.587)</b>	<b>(36.477)</b>
Provisão mínima requerida (Resolução CMN nº 2.682/1999)	(54.171)	(23.413)
Provisão adicional	(12.416)	(13.064)

**d) Operações renegotiadas e recuperação de arrendamento mercantil** - As operações renegotiadas totalizam R\$ 1.225 (R\$ 732 em 31.12.2015), cuja provisão montou R\$ (1.225) (R\$ (523) em 31.12.2015). As recuperações de arrendamento mercantil no período foram de R\$ 14.302 (R\$ 11.545 em 2015).

#### e) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações:

	31.12.2016	31.12.2015
<b>CURSO ANORMAL</b> <sup>(1)</sup>	<b>52.161</b>	<b>55.079</b>
Operações Vencidas:		
De 15 a 30 dias	8.833	23.033
De 31 a 60 dias	13.648	11.960
De 61 a 90 dias	11.704	4.161
De 91 a 180 dias	8.796	13.704
De 181 a 365 dias	9.180	2.221
<b>CURSO NORMAL</b> <sup>(2)</sup>	<b>1.052.536</b>	<b>1.411.659</b>
Parcelas Vencidas - Vencidas até 14 dias	4.262	2.246
Parcelas Vincendas:		
De 01 a 30 dias	49.271	54.260
De 31 a 60 dias	50.995	57.157
De 61 a 90 dias	47.979	54.292
De 91 a 180 dias	135.075	160.562
De 181 a 365 dias	219.289	306.545
De 1 a 2 anos	303.949	407.713
De 2 a 3 anos	159.676	208.170
De 3 a 5 anos	80.787	157.315
Acima de 5 anos	1.253	3.399
<b>TOTAL</b>	<b>1.104.697</b>	<b>1.466.738</b>

<sup>(1)</sup> Curso Anormal - Operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias. <sup>(2)</sup> Curso Normal - Operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias. O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas ("Non Accrual"), montam em R\$ 29.680 (R\$ 20.086 em 31.12.2015).

#### f) Distribuição da carteira por ramo de atividade:

	31.12.2016	31.12.2015
Setor Privado:		
Rural	17.959	4.711
Indústria	62.275	111.915
Comércio	137.423	177.787
Outros Serviços	549.119	645.914
Pessoas Físicas	279.944	444.549
Habituação	57.977	81.862
<b>Total</b>	<b>1.104.697</b>	<b>1.466.738</b>

### 8 - OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	31.12.2016	31.12.2015
Créditos tributários - Nota 11(b-I)	41.997	22.590
Devedores por depósito em garantia de contingências	23.364	22.086
Fiscais e previdenciárias e obrigações legais	16.542	15.037
Cíveis e trabalhistas - Nota 10(c-I)	6.822	7.049
Impostos a compensar	-	26.793
Outros	646	931
<b>Total</b>	<b>66.007</b>	<b>72.400</b>

### 9 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31.12.2016						31.12.2015							
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Recursos de aceites e emissões de títulos (a)	-	-	-	-	-	18.878.973	18.878.973	18.548.640	-	-	-	-	-	18.548.640
Repasse no país - FINAME	2.146	3.862	1.337	11.421	-	-	18.766	19.507	-	-	-	-	-	-
<b>Total em 31.12.2016</b>	<b>2.146</b>	<b>3.862</b>	<b>1.337</b>	<b>11.421</b>	<b>-</b>	<b>18.878.973</b>	<b>18.897.739</b>	<b>18.568.147</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31.12.2015</b>	<b>2.727</b>	<b>6.909</b>	<b>1.944</b>	<b>3.361</b>	<b>4.566</b>	<b>18.548.640</b>	<b>18.568.147</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### a) Recursos de aceites e emissões de títulos:

	31.12.2016						31.12.2015						
	Emissão	Vencimento	Quantidade	Saldo contábil	31.12.2016	31.12.2015	Indexador	Emissão	Vencimento	Quantidade	Saldo contábil	31.12.2016	31.12.2015
2005	2035	5,000	17.798.129	15.609.598	100%	do CDI	2006	2036	66	187.543	40.724	100%	do CDI
2007	2037	268	707.410	1.824.275	102%	do CDI	2007	2037	69	185.891	1.074.043	102%	do CDI
<b>Total</b> <sup>(1)</sup>			<b>5.403</b>	<b>18.878.973</b>	<b>18.548.640</b>								

<sup>(1)</sup> Em 31.12.2016, do montante total emitido, R\$ 12.467.496 (R\$ 8.918.746 em 31.12.2015) encontra-se em carteira.

### 10 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

**a) Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente. **b) Passivos Contingentes** - São quantificados conforme segue: I - Ações Cíveis - As ações cíveis são avaliadas quando do recebimento da notificação judicial, sendo classificadas como massificadas, quando relacionadas a causas semelhantes e de valor não relevante, ou como especiais, quando há alguma peculiaridade na ação recepcionada, seja decorrente da relevância do valor envolvido ou, ainda, de matéria com importância institucional ou diversa das ações recepcionadas ordinariamente. A provisão constituída sobre as ações massificadas é calculada mensalmente com base no custo médio histórico de pagamentos das ações encerradas nos últimos 12 meses, considerando também a média dos honorários pagos no mesmo período e causas encerradas por êxito. Este custo médio é atualizado trimestralmente, e multiplicado pela quantidade de ações em aberto na carteira no último dia útil do mês. As ações especiais são avaliadas individualmente quanto à probabilidade de perda, sendo revisadas periodicamente e quantificadas com base na fase processual, nas provas apresentadas e/ou na jurisprudência de acordo com a avaliação da Administração e dos advogados internos. A provisão é constituída quando a probabilidade de perda é considerada provável. II - Ações Trabalhistas - Buscam o pagamento de pretensões de trabalhadores, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional, em especial horas extras. As ações trabalhistas são avaliadas quando do recebimento da notificação judicial, sendo classificadas como avaliadas tecnicamente. As ações são avaliadas individualmente quanto à probabilidade de perda, sendo revisadas periodicamente e quantificadas com base na fase processual, nas provas apresentadas e na jurisprudência de acordo com a avaliação da Administração e dos advogados internos. A provisão é constituída quando a probabilidade de perda é considerada provável, rejeitada por uma regressão não linear entre a avaliação técnica e os pagamentos efetuados historicamente dos últimos dois anos. Esta regressão é recalculada semestralmente. As ações com mais de 4 anos e que não possuem depósito judicial ou títulos públicos atrelados são provisionadas em 100% e atualizadas monetariamente. A provisão decorrente de avaliação técnica é rejeitada pelos valores

indexadas ao CDI cujos recursos não aplicados nas operações de arrendamento são aplicados em aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários que produzem rendimento semelhante ao CDI, nessa linha quaisquer variações nos cenários econômicos resultariam em efeitos irrelevantes para a Companhia; • Operações de arrendamento com recursos de repasses do Finame e as respectivas obrigações junto ao Finame, sendo que as operações de arrendamento possuem as mesmas taxas dos repasses do Finame, acrescidas da taxa de spread cobrado nas operações de repasse. Nessa linha quaisquer variações nos cenários econômicos resultariam em efeitos irrelevantes para a Companhia. A análise de sensibilidade consiste em uma simulação que não considera o poder de reação da Administração frente aos cenários apresentados, o que certamente mitigaria as perdas que seriam incorridas. Além disso, os impactos apresentados não representam potencial prejuízo contábil, pois a metodologia utilizada não se baseia em práticas contábeis da Safra Leasing.

Carteira Banking				
31.12.2016				
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários		
		1	2	3
Renda Fixa	Taxas de juros pré-fixadas	(4)	(10.317)	(19.983)
Índices de preços	Taxa dos cupons de índices de preços	-	370	723

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários: • **Cenário 1:** Aplicação de choque de 1 ponto-base para taxa de juros; • **Cenário 2:** Aplicação de choque de 25% na taxa de juros; e • **Cenário 3:** Aplicação de choque de 50% na taxa de juros.

### 7 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

#### a) Composição da carteira de arrendamento a valor presente:

	31.12.2016	31.12.2015
Operações de arrendamento mercantil	22.336	53.833
Arrendamento a receber	721.180	854.590
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(698.844)	(800.757)
Valores residuais a realizar	684.737	1.043.201
Valores residuais a balancear	(684.737)	(1.043.201)
Imobilizado de arrendamento	2.072.630	2.659.533
Bens arrendados	2.738.651	3.023.985
Veículos e afins	1.643.505	1.952.979
Máquinas e equipamentos	681.411	633.812
Aeronaves	332.954	338.635
Outros	-	45.486
Perdas em arrendamentos a amortizar	80.781	53.073
Total de depreciação acumulada de bens arrendados	(666.021)	(364.542)
Depreciação acumulada de bens arrendados	(1.483.243)	(1.208.559)
Superveniência de depreciação	817.222	844.107
Cretores por antecipação de valor residual - VRG	(990.269)	(1.246.628)
<b>Total</b>	<b>1.104.697</b>	<b>1.466.738</b>

de depósitos judiciais. Provisiona-se o valor integral dos depósitos em espécie e 85% do valor dos depósitos em títulos públicos e a partir de Abril/2016, se houver depósito de título dado em garantia com excedente de 30%, será provisionado 65% do valor total dos depósitos. III - Ações Fiscais e Previdenciárias - Representadas, principalmente, por processos administrativos e judiciais relacionados a tributos municipais e federais. Quantificadas individualmente quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base no valor de autuação e atualizados mensalmente. A provisão é constituída pelo valor integral para os processos classificados como risco de perda provável.

#### c) As provisões constituídas e as respectivas movimentações estão assim demonstradas:

	01.01 a 31.12.2016			01.01 a 31.12.2015		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo no início do período em 01.01.2016	11.424	1.135	12.559	10.47		